

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.234.069 - SP (2018/0006117-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : SPERAFICO DA AMAZÔNIA SA
ADVOGADO : JAMILE VILLELA DE BARROS E OUTRO(S) - PR053891
AGRAVADO : MULTICREDITO I FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
ADVOGADOS : ALEXANDRE HONORE MARIE THIOLLIER FILHO E OUTRO(S) - SP040952
CARLOS EDUARDO LISCHEWSKI MATTAR - SP256849

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/2015). NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CESSÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO NÃO IMPLICA NA INEXISTÊNCIA DA DÍVIDA. PROVA DE EXISTÊNCIA DA DÍVIDA. SÚMULA N. 83/STJ. DISPOSITIVOS SUPOSTAMENTE VIOLADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ABUSIVIDADE DE CLAUSULA. SÚMULA N. 5/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA N. 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESTA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por SPERAFICO DA AMAZÔNIA SA contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 1408):

Execução por título extrajudicial - Embargos - Contrato de cessão de crédito firmado entre o Banco Indusval S.A. e o exequente (cessionário) - Inaplicabilidade do CDC, no caso vertente - Contrato firmado por pessoa jurídica - Pretensão de reconhecimento da ineficácia da cessão de crédito - Descabimento - Identificação do objeto, das partes e da

Superior Tribunal de Justiça

condição do negócio - Ausência de notificação prévia que não impede a cobrança da dívida - Inteligência do art. 290 do CC que tem por finalidade apenas cientificar o devedor de que o pagamento deve ser realizado em face de outro credor e não mais ao credor primitivo - Existência da dívida, ademais, que não foi impugnada pela embargante - Nulidade da cédula de crédito bancário diante da existência de venda casada - Descabimento - Inaplicabilidade das disposições contidas no Código Consumerista - Cláusula livremente pactuada entre as partes - Decisão que deve ser mantida - Possibilidade de cobrança concomitante das duplicatas dadas em garantia à credora original e à embargada, sacadas pela IMCOPA, tendo em vista o caráter autônomo das obrigações cambiárias - Honorários advocatícios - Pretensão à majoração da verba - Possibilidade - Fixação por equidade - Ofensa ao art. 20, §§ 3º e 4º do CPC - Causa de valor elevado e trabalho zeloso dos patronos - Majoração dos honorários para 3% (três por cento) do valor da causa atualizado - Recurso da embargante improvido e provido o da embargada.

Os embargos de declaração opostos por ambas as partes foram rejeitados (e-STJ fls. 1444-1448).

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta vulneração aos arts. 2º, IV, "b", da Lei nº 4.137/1962; 5º, II e III, da Lei nº 8.137/1990; 3º, VII, da Lei nº 8.158/1991; 20, I e 21, XXIII, da Lei nº 8.884/1994; 36, I e § 3º, XVIII, da Lei nº 12.529/2011; 290 do CC/2002, 20, §§ 3º e 4º, 535, 594 e 655, § 1º, do CPC revogado e recepcionado pelos arts. 85, §§ 2º e 4º, 1.022, 793 e 835, § 3º do NCPC. Afirma omissa o acórdão que entendeu pela inaplicabilidade do CDC à hipótese dos autos. Acredita que houve infração à ordem econômica, razão pela qual deve ser declarada a nulidade das cédulas de crédito bancárias executadas. Aduz que houve venda casada na CCB n. 26.923 e cláusula autorizando o vencimento antecipado nas CCBs ns. 27.443, 27.608 e 27.743. Aduz, ainda, que a cláusula 16.1 da Cédula de Crédito é nula, pois autoriza a cessão de crédito sem notificação da devedora. No caso, não houve notificação da devedora principal, Sperafico Agroindustrial Ltda, acerca da cessão realizada entre a Recorrida e o Banco Indusval S.A., de modo que deve ser declarada a sua ineficácia. Sustenta que

Superior Tribunal de Justiça

a recorrente não poderia executar, em processos distintos, os títulos oferecidos em caução (duplicatas) e as cédulas de créditos bancários garantidas por eles. Por fim, aduz exorbitantes os honorários advocatícios fixados.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 1468-1497).

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Com efeito, verifico que não há nulidade por omissão, tampouco negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que decide de modo integral e com fundamentação suficiente a controvérsia. O Tribunal de origem, no caso, julgou com fundamentação suficiente a matéria devolvida à sua apreciação. Não obstante a recorrente alegue que houve omissão com relação à incidência do CDC à hipótese dos autos, com relação ao tema o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ fl. 1410):

Inicialmente, cabe observar, que o Código de Defesa, do Consumidor não se aplica ao caso vertente.

Como no contrato que lastreia a presente demanda figura como devedora principal uma pessoa jurídica, é de se pressupor, à míngua de demonstração em contrário, que refere-se a crédito que teria sido utilizado para o desenvolvimento de sua atividade empresarial, não podendo, por isso, ser reconhecida a existência de relação de consumo entre as partes contratantes.

Ademais, ainda que assim não fosse, quanto à apontada violação aos arts. 2º, IV, "b", da Lei nº 4.137/1962; 5º, II e III, da Lei nº 8.137/1990; 3º, VII, da Lei nº 8.158/1991; 20, I e 21, XXIII, da Lei nº 8.884/1994; 36, I e § 3º, XVIII, da Lei nº 12.529/2011, o recurso especial não pode ser conhecido, pois, especificamente sobre a matéria de que tratam essas normas, não houve emissão de juízo pelo

Superior Tribunal de Justiça

acórdão recorrido, mesmo com a oposição dos embargos de declaração, fazendo incidir a orientação disposta na Súmula 211/STJ.

Por outro lado, com relação a contratação de empréstimo condicionada à aplicação de 20% do valor mutuado em CDB, o Tribunal entendeu tratar-se de cláusula livremente pactuada entre as partes, inexistindo abusividade em sua contratação (e-STJ fl. 1413). Alterar tal conclusão, com certeza implicaria na interpretação da referida cláusula, situação vedada diante do que dispõe a Súmula n. 5/STJ.

No que tange ao art. 290 do CC, também não cabe razão ao recorrente. A Corte Estadual deixou expresso que ausência de notificação prévia da cessão de crédito não impede a cobrança da dívida (e-STJ fl. 1412):

Assim, ausência de notificação prévia da cessão de crédito não impede a cobrança da dívida, eis que, nos termos do art. 290 do CC, tem por finalidade apenas cientificar o devedor de que o pagamento deve ser realizado em face de outro credor e não mais ao credor primitivo, nada obstando, outrossim, que possa vir a ser cientificada ao devedor por outros meios.

Assim decidindo, o Tribunal de origem não destoa da orientação que prevalece nas Turmas componentes da Segunda Seção desta Corte Superior que é no sentido de que o devedor não pode utilizar-se da ausência de notificação prévia da cessão de crédito para se desobrigar do pagamento da dívida, que, por sua vez, continua exigível, sendo certo que a ausência de notificação desobrigará o devedor, caso tenha pago ao cedente, de pagar novamente ao cessionário.

Confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO DO NOME EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. CESSÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DA CESSÃO DE CRÉDITO. NÃO ISENÇÃO DO DEVEDOR DE CUMPRIR A OBRIGAÇÃO. POSSIBILIDADE AO NOVO CREDOR DE EXERCER ATOS CONSERVATÓRIOS DO DIREITO DE COBRANÇA. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83/STJ. COMPROVAÇÃO DA DÍVIDA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO

Superior Tribunal de Justiça

INTERNO DESPROVIDO.

1. Este Tribunal Superior possui orientação jurisprudencial no sentido de que a ausência de notificação do devedor acerca da cessão de crédito prevista no art. 290 do Código Civil não torna a dívida inexigível, tampouco impede o novo credor de praticar os atos necessários à preservação dos direitos cedidos. Incidência, no ponto, da Súmula 83/STJ.

2. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, a Súmula 83 do Superior Tribunal de Justiça, que abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas a e/ou c do permissivo constitucional.

3. A alteração do entendimento firmado na instância ordinária (a respeito da comprovação da dívida) exige, necessariamente, o revolvimento do conjunto fático-probatório destes autos. Portanto, escoreita a aplicação do Enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1311428/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2019, DJe 21/11/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. DOCUMENTOS QUE COMPROVAM CESSÃO DE CRÉDITO. ILEGITIMIDADE ATIVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. REEMBOLSO DE DESPESAS FUNERÁRIAS. COBERTURA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. CESSÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DO DEVEDOR. DÍVIDA PERMANECE EXIGÍVEL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

[...]

3. O devedor não pode utilizar-se da ausência de notificação prévia da cessão de crédito para desobrigar-se do pagamento da dívida, que, por sua vez, continua exigível. Contudo, na hipótese de prestar a obrigação ao cedente, não precisará fazê-lo novamente ao cessionário. Incidência da Súmula 83/STJ. Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 888.406/SC, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 27/09/2018)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

CESSÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR. ART. 290 DO CÓDIGO CIVIL. CONSTATADA A INADIMPLÊNCIA DO AGRAVANTE. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. REEXAME FÁTICO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ.

1. A ausência de notificação do devedor acerca da cessão de crédito prevista no art. 290 do Código Civil não torna a dívida inexigível, tampouco impede o novo credor de praticar os atos necessários à preservação dos direitos cedidos.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 943.134/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 02/06/2017)

Outrossim, sequer se verifica presente o prequestionamento da matéria relativa ao art. 793 e 835, § 3º do CPC, porquanto não apreciada pelo julgado recorrido, revelando inclusive razões dissociadas do acórdão, sendo inviável o seu conhecimento nesta sede, nos termos das Súmulas 282 e 356/STF.

De outra parte, no que tange à alegação de que os títulos oferecidos em caução e as cédulas de créditos bancários garantidas por duplicatas não poderiam ser executadas em processos distintos, verifico que o tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ fls. 1413-1414):

Em relação à alegação de que os títulos oferecidos em caução e as cédulas de créditos bancários garantidas por duplicatas não poderiam ser executadas em processos distintos, por configurar "bis in idem", nenhum reparo merece, igualmente, a r. sentença recorrida, já que as duplicatas dadas em garantia não foram honradas pela IMCOPA, conforme bem destacado pelo douto sentenciante:

"Em relação às duplicatas dadas em garantia à credora original e à embargada, sacadas pela IMCOPA, tendo em vista o caráter autônomo das obrigações cambiárias, nos termos do artigo 887, do Código Civil, não está impedida a embargada de executá-las em concomitância à execução das cédulas de crédito bancário objeto dos presentes autos, devendo o valor eventualmente obtido em face da IMCOPA ser deduzido do débito da embargante, como já ressaltado na petição inicial da

Superior Tribunal de Justiça

execução (fls. 127)." (fls. 1128 - Vol. 6).

Nesse passo, é de se consignar que insurgência recursal, no entanto, não refuta o fundamento segundo o qual a duplicata por ser título cambiário autônomo não honrado pode ser executado em concomitância com o CCB. Logo, a teor da Súmula 283/STF, aplicável por analogia, “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.

Destarte, inviável a pretensão da recorrente.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator